

REDES E VULNERABILIDADES: O OLHO DO FURACÃO

NETWORKS AND VULNERABILITIES: THE EYE OF THE HURRICANE

Francisco Kern

Assistente Social.

Mestre e Doutor em Serviço Social.

Docente da Faculdade de Serviço Social da PUCRS.

Coordenador de Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS.

Maria Isabel Barros Bellini

Assistente Social.

Mestre e Doutora em Serviço Social.

Docente da Faculdade de Serviço Social da PUCRS.

Coordenadora de Ensino e Pesquisa da Escola Pública de Saúde (RS).

RESUMO

O artigo problematiza o momento histórico atual e os processos de vulnerabilidade a que estamos expostos. Trata do mundo da informação e do conhecimento, assim como da busca incessante por formas de viver e sobreviver com dignidade e humanidade com o auxílio de recursos para a subsistência material e afetiva, uma vez que, como seres humanos, somos dependentes das relações que estabelecemos. Chama atenção para o impacto das mudanças atuais nos princípios que norteiam as relações entre sujeitos de uma mesma sociedade e que valorizam os sentimentos de respeito e solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE

Relações interpessoais. Características humanas. Vulnerabilidade. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This article discusses the current historical moment and the vulnerability processes to which we are exposed. It deals with the information and knowledge world, as well as with the permanent search for ways to live and survive with dignity and humanity, with the help of material and affective sustenance resources, once we, as human beings, depend on the relationships we establish. It turns the spotlight on the impact of current changes concerning the principles that guide the relationships among the subjects in a given society and that attribute value to feelings of respect and solidarity.

KEY WORDS

Interpersonal relations. Human characteristics. Vulnerability. Social vulnerability.

Vivemos uma época de extremos. Talvez nada anteriormente vivido pela humanidade possa ser comparado a esse momento histórico. Costumamos dizer que estamos no “olho do furacão”; contudo, para o bem ou para o mal, este é o nosso momento.

O processo de globalização e os seus impactos, amplamente discutidos, não chegam a um denominador comum: afinal, a globalização é positiva ou negativa? Há quem ataque e quem defenda. Mas a verdade é que ela está aí e, com ela, ocorre o avanço das novas tecnologias, o avanço da ciência e da medicina, o avanço do armamento, da possibilidade de uma guerra biológica, dos ataques terroristas.

Para alguns autores, a globalização traz “uma economia da incerteza” e também “um conjunto de regras para pôr fim a todas as regras e para garantir a prevalência dos poderes econômicos extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais” (BAUMAN apud NOGUEIRA, 2004, p. 95). Como conseqüência, a palavra incerteza – a qual, mais do que nunca, tem tomado uma dimensão impensável – é a única certeza possível nos dias de hoje, e essa certeza incerta coloca a todos nós, sujeitos dessa

sociedade contemporânea, em uma posição comum e com um sentimento comum: estamos e somos vulneráveis.

Vulneráveis a quê? A quem? A tudo e a nada. Com quem contar? Quem é o amigo e quem é o inimigo? Há uma falta ou ausência de referência até mesmo para identificar qual é a nossa vulnerabilidade. Nós nos armamos e (des)amamos. Conferimos a nós e aos outros sentidos diversos, pois o sentido da existência passa a ser conferido pelo significado das relações que estabelecemos e cultivamos sentimentos de esperança ou de desamparo. Isso nos faz afirmar que somos seres de relações, ou seja, construímos nosso ser a partir das relações que estabelecemos.

A concepção humana de estar com o outro significa que somos movidos ao relacionamento com o mundo que nos rodeia, o qual constrói eventos absolutamente diferenciados e antagônicos, como o Fórum Social Mundial e os ataques terroristas de 11 de setembro e 11 de março; as práticas terroristas em São Paulo e as “ações ecológicas e ambientalistas, da proliferação das associações e movimentos anti-globalização, do rápido crescimento da cibermilitância” (NOGUEIRA, 2004, p. 78).

Enfim, este é o mundo da diversidade.

Neste mesmo momento histórico evidenciam-se as tecnologias que fomentam o isolamento, a cultura do espetáculo, do corpo, a ausência do outro, a priorização do indivíduo, o auto-centramento: “O sujeito vive permanentemente em um registro especular, em que o que lhe interessa é o engrandecimento grotesco da própria imagem. O outro lhe serve apenas como instrumento para o incremento da auto-imagem”. (BIRMAN apud BELLINI, 2002, p. 33)

Este é o mundo da informação e do conhecimento, onde buscamos formas de viver e sobreviver com dignidade e humanidade, assim como recursos de que necessitamos não só para a subsistência material, mas também afetiva, já que somos dependentes das relações que estabelecemos. Nesse sentido, a “auto-exaltação das individualidades choca-se frontalmente com os princípios [...]” (BELLINI; SILVA, 2004, p. 33), princípios esses que norteiam as relações entre sujeitos de uma mesma sociedade e que valorizam os sentimentos de respeito e solidariedade.

À medida que estabelecemos relações, nós as instauramos como estratégia de realização pessoal e, de acordo com as nossas necessidades, construímos uma rede de relações que sirva de suporte e de apoio para nossas convicções, nossos projetos, nossas realizações. Nesse mundo relacional, as relações que estabelecemos podem constituir-se ou não em uma rede social de

apoio, já que vivenciamos significativos processos de construção social, demarcados por perdas e ganhos afetivos, culturais, econômicos, políticos e solidários.

Todo esse processo humano social coloca o ser humano frente a sua condição de vulnerabilidade, a qual se constitui em uma condição de ser e de estar. Ela é concreta, vivencial, relacional, manifestando-se como experiência de vida. Portanto, “[...] os fatores de risco estão diretamente relacionados a problemas estruturais subjetivos e objetivos [...]. São eles: a pobreza, a violência, a baixa escolaridade, iniquidade de gênero [...]” (OLIVEIRA; WEINSTEIN, 2004, p. 22).

A literatura demonstra que o conceito de vulnerabilidade tem origem na área dos direitos humanos, tendo sido incorporado ao campo da saúde a partir de trabalhos realizados sobre a AIDS na Escola de Saúde Pública de Harvard. E, ainda que muitos sejam os avanços no Brasil, a desigualdade social continua crescente, os processos de exclusão estão mais sofisticados e os desníveis cristalizam-se em oposição aos avanços nas diferentes áreas. Por essa razão, os processos de vulnerabilidade acentuam-se sensivelmente e espalham-se pela sociedade. A vulnerabilidade pode ser entendida como:

A condição desfavorável dada. É a condição objetiva da situação de exclusão e que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer. O que identifica são os processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação,

desvantagem e exclusão social, econômica e cultural. (BRASIL, 2004)

A partir dessa constatação, criam-se outras indagações que dizem respeito à capacidade do sistema atual de identificar que processos são esses, que situações e condições potencializam vulnerabilidades, enfim, qual é a capacidade desse sistema:

De manter a paz social num mundo de constantes impasses e ambivalências. Mundo em que o pluralismo é desejado e temido, onde há embates entre a preservação da unidade, a valorização do indivíduo e do privado em oposição à diversidade, ao público. A par da interdependência, há a agregação e a desagregação, antagonismos e associações, tudo gerando o mesmo momento histórico. (BELLINI, 2002, p. 36)

A afirmação de Tavares dos Santos (2002, p. 126) reforça que: “Estão ocorrendo mudanças em instituições sociais como a família, a escola, processos de socialização, fábricas, religiões e sistemas de justiça criminal (polícia, tribunais, hospitais para doentes mentais, judiciário, prisões) porque estamos passando por um processo de crise e desinstitucionalização”.

Os processos de crise deixam-nos em situações de vulnerabilidade, as quais podem ser avaliadas, segundo Seffner (1998), por uma série de circunstâncias ordenadas em três fatores: os fatores que dependem diretamente das ações individuais, configurando o comportamento da pessoa a

partir de determinado grau de consciência que ele manifesta; os fatores que dizem respeito às ações comandadas pelo poder público, pela iniciativa privada e pela sociedade civil, no sentido de diminuir as chances de ocorrência do agravo; os fatores sociais que abrangem a estrutura disponível de acesso a informações, liberdade de expressão, serviços e bens, etc.

Considerando esses fatores, é possível afirmar que a vulnerabilidade aumenta quando a pessoa não está preocupada ou suficientemente motivada com relação aos perigos que permeiam os seus processos de fragilização social, ou quando ela carece de habilidade, acesso aos serviços necessários, suprimentos, poder ou confiança para implementar mudanças comportamentais, ou ainda quando ela não dispõe informações precisas e adequadas sobre as situações que aumentam seu risco social.

Deparamo-nos, então, com a necessidade de “reconfiguração da vida”. Essa expressão não apenas é carregada de significados, como também significa buscar sentidos. É preciso concordar com o princípio de que o humano constitui-se em categoria essencial dos processos sociais, já que a exclusão pode ser subjetiva, assim denominada por se tratar de um processo que é vivenciado no plano individual e, em muitos casos, não chega à dimensão intersubjetiva. Esse processo é vivido na solidão, na fragilidade das relações, na precariedade dos afetos.

Vivemos na sociedade do afeto ou do desafeto? Frente a tal indagação, entendemos que a rede de relações precisa ser

cuidada, instaurando uma maneira de resistir a uma realidade precária e caracterizada pela falta de cuidado. É preciso capitalizar¹ as nossas redes de relações e intervir em nossa prática profissional a partir da perspectiva do trabalho em redes² como uma estratégia de intervenção. Quando estabelecemos redes de relações, existe a perspectiva de construção de uma vida mais plena, pois “todos nós seres humanos somos e nos relacionamos através de redes” (CAPRA apud ALMEIDA NETO, 2004, p. 65).

Essa rede de relações fortalece nosso sentimento de pertencimento ou de “enraizamento”, que Iamamoto refere como um “direito humano esquecido: todo homem tem uma raiz de participação na coletividade, que conserva vivos os tesouros do passado e outros pertencentes ao futuro” (IAMAMOTO, 2004, p. 265). Sendo assim, “cada ser humano precisa de múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual e espiritual por intermédio dos meios ambientes de que faz parte” (WEIL apud IAMAMOTO, 2004, p. 265).

Como profissionais, trabalhamos na perspectiva da rede considerada como estratégia metodológica que tem como objetivo reconstruir o pertencimento social do sujeito. Antes de tudo, é preciso saber “pensar a rede”, o que significa compreender nossa constituição social a partir das relações. Assim, atuar no contexto das vulnerabilidades e risco social pressupõe

uma questão de competências e de entendimento da constituição social do ser humano na nossa sociedade. Temos a impressão de que sempre estamos no impasse da transição de paradigmas que expliquem o pertencimento do sujeito ao mundo social.

Trazemos conosco todos os possíveis resquícios de uma formação fomentada por valores e princípios morais que ditam padrões de normalidade de acordo com os pressupostos de uma sociedade em progresso e em harmonia. Nesse percurso, porém, o humano foi esquecido, ficou em segundo plano. Hoje, ele precisa aparecer, precisa tornar-se alguém, tornar-se sujeito; se não conseguir, tornar-se-á vítima de uma morte social e física com crueldades desastrosas.

Se tanto se fala em concepções de redes, em trabalhos realizados através delas, ou mesmo em redes que não funcionam, é porque esta passa a ser uma resposta à melhoria do humano em todas as suas relações: afetivas, profissionais e pessoais. Segundo Almeida Neto, “em face da necessidade de as pessoas e as organizações se readaptarem rapidamente às demandas externas, ao entorno, a rede é a fluidez que lhes garante um maior poder interventivo nas relações sociais que estabelecem” (ALMEIDA NETO, 2004, p. 71).

Falar sobre rede de relações é partir da premissa de que a vida é um direito incondicional de todos. Potencializá-las é construir fundamentos para que a vida

¹Capitalizar aqui é utilizado no sentido dado por Faleiros (1997).

²A rede social de apoio pauta-se na construção do sentimento de pertencimento social. Ela sempre deve existir em função do humano para que este possa usufruir seus benefícios.

tenha a sua continuidade, mesmo que ameaçada sob todos os aspectos de vulnerabilidade e de risco social. Quando tentamos identificar teias e redes sociais que promovam a vida, é importante ter presente a concepção de que elas devem ser resgatadas em um confronto direto entre o humano e o real vivido no seu cotidiano.

O sentido dessa concepção pauta-se na historicidade humana, em que o humano é tomado como tema para reflexão. É o humano com responsabilidade para com o outro compreende uma conotação coletiva; é o humano com direito à liberdade, o que não significa tolher a liberdade, e sim considerá-lo na sua condição de sujeito capaz da construção e da projeção de sua existência social.

Relacionamo-nos pela afetividade e, por sentir necessidade dela, nós a projetamos para as redes de relações. Sem dúvida, o afeto compromete porque nos coloca frente a situações em que precisamos saber conviver com o outro. No contexto social, cultural e político em que somamos as nossas teias de relações, na perspectiva de construção de redes sociais, expressa-se um mundo relacional. Assim, construímos a nossa rede e, na construção ou na efetivação dela, seja rede primária ou secundária, existem elementos significativamente importantes que precisam ser considerados, sem os quais não haveria possibilidade de existência.

As redes de relações, mais do que nunca, auxiliam no enfrentamento da crise do momento atual, que passa a ser determinante às nossas competências relacionais.

As exigências do mundo contemporâneo convocam-nos cada vez mais a sairmos de nós mesmos e nos lançarmos ao mundo sem que, muitas vezes, tenhamos conhecimento de para onde estamos indo. Lançamo-nos para fora de nós mesmos e, com frequência, não sabemos nem mesmo o endereço de retorno para a nossa casa – que é o eu subjetivo e pessoal. Constituímo-nos tanto por elementos como o medo, as frustrações, a insegurança quanto por elementos como o amor, o respeito e por outros que participam de nosso crescimento e desenvolvimento. Falamos sobre violência e medo, mas também falamos sobre estratégias de construção da paz e ensinamos competências relacionais.

Impactados pelas transformações sociais inicialmente apontadas, conclui-se que ou priorizamos as redes de relações, ou nos desperdiçaremos em pequenas e inglórias lutas. Ou (re)discutimos o humano na sociedade, as formas de viver essa humanidade em que o coletivo, o subjetivo e a alteridade sejam privilegiados, ou nos tornaremos cada vez mais pobres na concepção e no sentido de sermos nós mesmos. Seremos paralisados e invadidos pela incerteza, algo semelhante ao que Nogueira (2004, p. 96) refere como esterilizar “o poder de decisão individual, grupal e coletivo, incentivando a descrença na possibilidade de se chegar a estilos alternativos de vida”. E, então, frente ao sentimento de impossibilidade, mais nos colocaremos em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA NETO, H. Rede dinâmica: a metáfora do caos. In: DESAULNIERS, J. (Org.). **Responsabilidade social e universidade**. Canoas, Porto Alegre: ULBRA, EDIPUCRS, 2004.
- BELLINI, M.Y.B. **Arqueologia da violência familiar**. Porto Alegre, 2002. 223p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BELLINI, M.I.; SILVA, S.M. **Entrelaçamentos constituintes da rede em saúde: serviço social, pesquisa e formação profissional no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.
- IAMAMOTO, M. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- KERN, F. **As mediações em redes como estratégia metodológica do Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- NOGUEIRA, M.A. **Um Estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, S.; WEINSTEIN, C. AIDS: duas décadas: epidemia pandemia vulnerabilidade social: o que vem depois? In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de prevenção do HIV/AIDS para profissionais de saúde mental**. Brasília, 2004.
- SEFFNER, F. **O conceito de vulnerabilidade: uma ferramenta útil em seu consultório**. Canoas: Stmatos, 1998.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. The worldization of violence and injustice. **Current Sociology**, v. 50, n. 1, p. 123-134, jan. 2002.